

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

KABYR BARAKAT FARETTA TENAGLIA

**BARREIRAS DE ACESSO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: DESAFIOS
ENFRENTADOS PELAS TRAVESTIS E PESSOAS TRANS**

Porto Alegre

2024

KABYR BARAKAT FARETTA TENAGLIA

**BARREIRAS DE ACESSO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: DESAFIOS
ENFRENTADOS PELAS TRAVESTIS E PESSOAS TRANS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado ao curso de Especialização em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Canavese de Oliveira

Porto Alegre
2024

CIP - Catalogação na Publicação

Tenaglia, Kabyr Barakat Faretta
Barreiras de acesso ao Sistema Único de Saúde:
desafios enfrentados pelas travestis e pessoas trans /
Kabyr Barakat Faretta Tenaglia. -- 2024.
41 f.
Orientador: Daniel Canavese de Oliveira.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Medicina, Saúde Pública, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Travestilidade. 2. Pessoas transgênero. 3.
Barreiras ao acesso aos cuidados em saúde. 4.
Integralidade em saúde. 5. Equidade em saúde. I.
Oliveira, Daniel Canavese de, orient. II. Título.

RESUMO

O Brasil é o país que mais matou as travestis e as pessoas trans nos últimos quinze anos. Além disso, diversas violações de direitos são cometidas quando essas pessoas buscam as mais diversas políticas públicas, inclusive as da pasta da saúde. Levando este fato em consideração, esta pesquisa buscou investigar quais são as barreiras de acesso aos serviços públicos de saúde enfrentadas pelas travestis e pessoas trans no Brasil encontradas na literatura científica brasileira, assim como compreender quais são os maiores efeitos causados em suas vidas quando estas não acessam os serviços do SUS. Esta pesquisa foi realizada a partir de uma revisão integrativa da literatura com artigos publicados entre 2015 e 2023. A análise dos dados considerou formas de análises qualitativas do conteúdo. Como resultado e discussão, foram identificadas as categorias: barreiras de acesso; efeitos causados pelas barreiras; orientações/sugestões para eliminá-las ou minimizá-las e políticas públicas existentes. Conclui-se que a falta de acesso afeta os princípios basilares do SUS e que a práxis dos profissionais de saúde precisa ser direcionada por um projeto ético-político.

Palavras-chave: Travestilidade. Pessoas transgênero. Barreiras ao acesso aos cuidados em saúde. Integralidade em saúde. Equidade em saúde.

ABSTRACT

Brazil is the country that has killed the most transvestites and trans people in the last fifteen years. In addition, several rights violations are committed when these people seek the most diverse public policies, including those in the health sector. Taking this fact into consideration, this research sought to investigate what barriers to access to public health services are faced by transvestites and trans people in Brazil found in the Brazilian scientific literature, as well as to understand what are the greatest effects caused in their lives when they do not access the Unified Health System (SUS) services. This research was carried out based on an integrative literature review with articles published from 2015 up to 2023. Data analysis considered forms of qualitative content analysis. As a result and discussion, the following categories were identified: access barriers; effects caused by barriers; guidelines/suggestions to eliminate or minimize them; and existing public policies. It is concluded that the lack of access affects the basic principles of SUS and that the praxis of health professionals needs to be guided by an ethical-political project.

Keywords: Transvestism. Transgender persons. Barriers to access of health services. Integrality in health. Health equity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCE - Associação Brasileira de Shoppings Centers
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Humana
ANTRA - Associação Nacional de Travestis E Transexuais
BVS - Biblioteca Virtual em Saúde
CDUS - Carta dos Direitos dos Usuários de Saúde
CEDEC - Centro de Estudo de Cultura Contemporânea
CID - Classificação Internacional de Doenças
CFM - Conselho Federal de Medicina
DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DECS - Descritores em Ciências da Saúde
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
HSH - Homens que fazem Sexo com Homens
IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexos
PNH - Política Nacional de Humanização
PNSI LGBTI+ - Política Nacional de Saúde Integral LGBTI+
PRISMA - Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses
SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SUS - Sistema Único de Saúde
UFPE - Universidade Federal do Pernambuco
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVO	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3. METODOLOGIA	12
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	15
5. CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	35
MINI-CURRÍCULO DO ALUNO	39

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou investigar quais são as barreiras de acesso aos serviços públicos de saúde enfrentadas pelas travestis e pessoas trans no Brasil encontradas na literatura científica brasileira em determinado período. Aqui denominaremos pessoas trans como aquelas que assim se autodeclaram, buscam ou passam por uma “transição” social e de gênero, que pode incluir acompanhamento hormonal ou cirúrgico; e travestis como pessoas que assim se autodeclaram, nascem com um sexo atribuído como masculino e têm identidade de gênero feminina, assumindo papéis de gênero diferentes daqueles impostos pela sociedade (ABRASCE, 2020).

A problemática desta pesquisa surgiu da observação e inquietação deste pesquisador, que atua há seis anos como psicólogo nas políticas públicas da Seguridade Social e observou as dificuldades enfrentadas por pessoas trans e travestis para acessar as supracitadas políticas. Com base no mapeamento da população trans realizado pelo Centro de Estudo de Cultura Contemporânea (CEDEC, 2021) em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) da cidade de São Paulo, 16% das(os) entrevistadas(os) afirmaram evitar e não acessar os serviços públicos de saúde. Ainda levando em consideração o referido mapeamento, 49% das(os) entrevistadas(os) relataram que deixaram de frequentar determinados locais por não se sentirem aceitas(os) por conta de sua identidade de gênero.

Um levantamento estatístico de denúncias efetuadas no Disque Direitos Humanos (Disque 100) foi realizado por Caputo (2018) em sua dissertação de mestrado, evidenciando que as violações de direitos contra esse público continuam acontecendo em serviços de saúde, principalmente nos momentos da busca por atendimento médico-hospitalar. Entre as violações de direitos cometidas, está o tratamento vexatório nos equipamentos de saúde; a falta de respeito ao nome social; violências verbais e negligência no atendimento prestado.

Segundo Pinto *et al.* (2020), em uma investigação epidemiológica realizada no DATASUS entre 2015 e 2017, foram registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 778.527 notificações de violências interpessoais e autoprovocadas, sendo 11.435 apenas contra travestis e pessoas trans. Além das violações cometidas, essas pessoas lidam com a subnotificação das suas demandas

nos equipamentos de saúde. Em uma matéria publicada pela revista *Gênero e Número* (2023), os dados encontrados no SINAN demonstram um problema no acompanhamento longitudinal de travestis e pessoas trans que chegam aos serviços com lesão autoprovocada. Apenas uma em cada quatro recebeu algum tipo de encaminhamento para outro serviço de saúde ou para a rede intersetorial.

Uma das barreiras impostas às travestis e às pessoas trans para acessar os serviços de saúde está relacionada ao estigma. De acordo com Goffman (1981), uma pessoa estigmatizada é, na maioria das vezes, desumanizada por aqueles que não carregam um estigma. Os seus atributos são considerados como defeito, fraqueza ou perigo. Para o autor, submetemos os estigmatizados a diversas discriminações e muitas vezes reduzimos suas chances de vida. A discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero afeta a determinação social da saúde, o processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de travestis e pessoas transexuais (Brasil, 2013).

Além do preconceito e do estigma, as travestis e as pessoas transexuais se deparam com profissionais despreparados para compreender as necessidades da transgeneridade, propagando a transfobia estrutural em um espaço que deveria ser destinado ao acolhimento e ao cuidado em saúde (Oliveira; Sprung, 2022). Segundo Garcia, Silva e Sanchez (2020), o desprezo e o ódio ao diferente é uma marca histórica das diversas facetas do capitalismo, que se utiliza de subsídios radicais, de gênero, de classe e através das instituições para se estabelecer em qualquer território. Ao buscarem os seus direitos, as travestis e as pessoas trans acabam se deparando com a falta de direitos e a humilhação burocrática. A emancipação dessas pessoas deve se deslocar para questionamentos econômicos, políticos e sociais, repelindo discursos que criminalizam e vitimizam sujeitos de direitos.

Para Caravaca-Morera e Padilha (2018), a morte da população trans vai muito além da morte literal e deve ser entendida no sentido simbólico-metafórico. Esta morte está relacionada com o não reconhecimento da cidadania, a invisibilização, a expulsão de casa, o extermínio socioeconômico e a exclusão social.

A necropolítica é um conceito relevante para essa discussão e trata do poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer, quais vidas são importantes e quais são descartáveis (Mbembe, 2018). A necropolítica social lança essa parcela da população à morte, preconizando normativas manipuladoras e prescritivas.

A pesquisa, portanto, justificou-se no contexto histórico, social e político do país. Cabe destacar que o Brasil é o país que mais matou as travestis e as pessoas trans nos últimos quinze anos (ANTRA, 2024). Segundo o dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a ANTRA, (2024), a idade média das vítimas era de 30 anos; 72% eram pessoas negras e viviam em situação de vulnerabilidade social. Esses dados revelam como as interseccionalidades entre raça/cor, etnia, gênero e classe afetam as demandas de vida desta população, sendo necessária uma intervenção no âmbito da saúde pública e das demais políticas intersetoriais.

O preconceito, a violência e a exclusão são fatores que contribuem para a marginalização dessas pessoas e complexificam o seu acesso às políticas públicas de saúde. Além disso, a falta de investimentos em políticas específicas para esse público dificulta a implementação de serviços e ações que possam garantir os princípios afiançados pelo SUS. Conforme preconizado pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013), é de suma importância promover a saúde integral da população LGBTI+, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, além de contribuir para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo. Também é fundamental a ampliação do acesso dessas pessoas aos serviços de saúde, garantindo o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade (Brasil, 2013).

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Levantar quais são as barreiras de acesso aos serviços públicos de saúde enfrentadas por travestis e pessoas trans identificadas na literatura científica da Saúde Coletiva no período de 2015 a 2023.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar quais são os tipos de barreiras encontradas nos serviços públicos de saúde;
- Sistematizar as políticas públicas voltadas para essa população;
- Compreender quais são os maiores efeitos causados na vida das travestis e pessoas trans quando estas não acessam os serviços de saúde.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada a partir de uma revisão integrativa da literatura com artigos publicados a partir de 2015. No dia 13 de fevereiro de 2024, foram pesquisados artigos em português na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) utilizando os seguintes descritores (DeCS): travestilidade, pessoas transgênero, integralidade em saúde, atenção primária à saúde, atenção secundária à saúde, atenção terciária à saúde, barreiras ao acesso aos cuidados de saúde e equidade em saúde.

Por se tratar de uma revisão de literatura, o trabalho não foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFRGS.

Foram excluídos artigos que apresentaram revisões narrativas ou integrativas e não possuíam coleta de dados primários, assim como estudos que discutiam travestis e pessoas transgênero, porém, não relacionavam a temática com as barreiras de acesso à saúde. Desta forma, a partir dos 62 artigos, foi realizada uma triagem pela leitura do título, sendo excluídos 19 estudos nessa fase. Foram excluídos 16 artigos por duplicidade. Posteriormente foi feita a leitura dos resumos, excluindo 13 artigos nesta etapa. Também foi desconsiderado 01 estudo que estava indisponível na internet, permanecendo 13 artigos. Diante do exposto, permaneceram 13 estudos para análise.

Após essa organização, foi realizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2015), utilizando as três fases sugeridas pela autora: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise, os artigos foram organizados de acordo com a sistematização das ideias iniciais, ou seja, os estudos foram lidos na íntegra e, em seguida, foi feita a exploração do material, que consiste na definição de categorias após a exploração dos estudos. Nessa fase, as categorias são definidas e as unidades de registro são identificadas (Bardin, 2015).

Na terceira fase aconteceu o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Segundo Bardin (2015), nessa fase as informações são destacadas e condensadas para análise e interpretação, sendo um momento da intuição e de análise crítica.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a aplicação dos critérios de inclusão, foram selecionados 13 artigos, que foram organizados no Quadro 01 por ordem alfabética, citando a metodologia utilizada em cada estudo conforme mencionado pelos autores, revista e ano de publicação, em cuja seção do artigo o termo “pessoas trans” ou “travestilidade” foram mencionados.

Dos 13 artigos selecionados, 08 citam o termo “pessoas trans” ou “travestilidade” no título e os demais citam o referido conceito nas palavras-chave, resumo e/ou assunto. Todos os estudos incluídos foram publicados em revistas nacionais. Observa-se que, de maneira geral, para os artigos pesquisados, a abordagem metodológica entre os estudos é variável, sendo principalmente qualitativos (n=10), relatos de experiência (n=2) e triangulação de técnicas (n=1). Desta maneira, a análise dos dados deve considerar formas de análises qualitativas do conteúdo, reiterando a utilização da técnica de Bardin (2015).

QUADRO 1 – ARTIGOS SELECIONADOS PARA REVISÃO

Estudo	Metodologia	Revista	Ano	Termo “travestilidade” e/ou “pessoas transgênero”
Amorim; Teixeira	Estudo qualitativo	Revista Baiana de Saúde Pública	2017	Resumo
Bonacossa; Oliveira	Relato de experiência	Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	2023	Título, palavra-chave e resumo
Borgert <i>et al.</i>	Estudo qualitativo	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2023	Título, palavra-chave e resumo
Ferreira <i>et al.</i>	Estudo qualitativo	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2017	Resumo
Gomes <i>et al.</i>	Estudo qualitativo	Revista de Pesquisa	2023	Título e resumo

		Cuidado é Fundamental		
Gomes <i>et al.</i>	Estudo qualitativo	Escola Anna Nery: Revista de Enfermagem	2022	Resumo
Lovison <i>et al.</i>	Estudo qualitativo	Revista Enfermagem em Foco	2019	Resumo
Machado; Sant'Anna; Fim	Relato de experiência	Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	2023	Palavra-chave e resumo
Moraes; Silva	Estudo qualitativo	Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica	2020	Título e resumo
Oliveira <i>et al.</i>	Estudo qualitativo	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2022	Título, palavra-chave e resumo
Oliveira <i>et al.</i>	Estudo qualitativo	Revista Baiana de Enfermagem	2020	Título e resumo
Oliveira <i>et al.</i>	Estudo com triangulação de técnicas	Revista de Enfermagem UFPE	2018	Título e resumo
Reis <i>et al.</i>	Estudo qualitativo	Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental	2021	Título e resumo

FONTE: elaborado pelo autor (2024)

Ainda de acordo com a técnica de Bardin (2015), após a leitura na íntegra dos artigos selecionados, os assuntos foram analisados e elencados em quatro grupos:

barreiras de acesso identificadas na literatura, efeitos causados na vida das travestis e pessoas trans, orientações/sugestões fornecidas pelas(os) pesquisadora(es) para evitar ou minimizar as barreiras e as principais políticas públicas mencionadas nos artigos.

5. CONCLUSÃO

Grandes desafios atravessam a vida das travestis e das pessoas trans na busca e no acesso aos seus direitos pela saúde. Os principais resultados encontrados nesta pesquisa incluem: patologização da transgeneridade; ausência de especialistas nos serviços; longa espera para realizar procedimentos; constrangimento devido à aparência; desrespeito ao uso do nome social, além de transfobia, estigma e preconceito. Há também um desconhecimento das políticas públicas específicas para a população LGBTI+ por parte dos profissionais da saúde pública.

Os resultados encontrados respondem diretamente ao objetivo desta pesquisa, visto que foram identificadas e detalhadas várias barreiras significativas que as travestis e as pessoas trans enfrentam no acesso ao SUS. Além disso, o estudo também examina os efeitos causados pela falta de acesso, as políticas públicas para a população LGBTI+ e apresenta sugestões concretas para minimizar essas barreiras.

Para atenuar essas dificuldades, sugere-se a capacitação profissional e a educação permanente; o respeito e reconhecimento das diversidades sexuais e de gênero; o fortalecimento das políticas públicas e serviços específicos para pessoas trans. A manutenção dessas barreiras afeta diretamente três dos grandes princípios do SUS: a equidade, a integralidade e a universalidade.

Não basta conhecer os desafios vivenciados por pessoas trans e travestis nos serviços de saúde para superá-los. É necessário estabelecer uma práxis ético-política cotidianamente, refletir sobre como e se estamos colocando essas pessoas em um lugar de “sujeito de direitos” e garantindo o que está afiançado nas legislações do SUS.

REFERÊNCIAS

ALVES, S.; SEMENTE, M. Mulheres trans e travestis jovens concentram casos de autolesões. **Gênero e Número**, 08 de março de 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/autolesao-mulheres-trans-e-travestis/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

AMORIM, J. F.; TEIXEIRA, É. R. Atendimento das necessidades em saúde das travestis na atenção primária. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 3, p. 759-773, jul./set. 2017. DOI: 10.22278/2318-2660.2017.v41. n 3. a2379. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2379>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SHOPPING CENTERS. **Abraçando a Diversidade e a Inclusão: O papel dos shoppings centers na promoção de espaços mais inclusivos e livres de discriminação**. São Paulo: ABRASCE, 2020. 76 p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: ANTRA, 2024. 121 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015. 288 p.

BONACOSSA, R. K.; OLIVEIRA, P. R. As potencialidades do acompanhamento a uma pessoa transgênero por um médico de família e comunidade. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 3847, 2023. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc18\(45\)3847](https://doi.org/10.5712/rbmfc18(45)3847). Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3847>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BORGERT, V. *et al.* "A gente só quer ser atendida com profissionalismo": experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR, Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 33, e33036, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331202333036>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/WyvptyNW84HWTYkFy8vPPpt/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 36 p.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 288 p.

CANNONE, L. A. R. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. e228487, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228487>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MgsxScRgNWtdkrmkptwDwBC/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 03 fev. 2024.

CAPUTO, U. N. **Geni e os direitos humanos: um retrato da violência contra pessoas trans no Brasil do século XXI**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. Necropolítica Trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 27, n. 2, p. e3770017, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003770017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/TYJ397gFMBRfCcdch9JZdtf#>. Acesso em: 03 fev. 2024.

CENTRO DE ESTUDO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo**. São Paulo: CEDEC, 2021. 82 p.

FERREIRA, B. O. *et al.* Vivências de travestis no acesso ao SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1023-1038, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312017000400009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/TJ6GPsnqZRNjBSTgbXnXZ8d/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2024.

GARCIA, C. C.; SILVA, F. M.; SANCHEZ, M. H. Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 138, p. 321–341, maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.215>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qqQVBMm8rxh4k3JRVnfxMPG/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 03 fev. 2024.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 160 p.

GOMES, A. C. M. S. *et al.* Atendimento na atenção primária à saúde: olhares de pessoas trans. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, 2023, vol. 15, e12260. DOI: [10.9789/2175-5361.rpcfo.v15.12260](https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v15.12260). Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/12260>. Acesso em: 13 fev. 2024.

GOMES, D. F. *et al.* Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, 2022; 26: e20210425. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0425pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/99rf9ytfQXxmXYWLF8JQx4k/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2024.

LOVISON, R. *et al.* Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde. **Revista Enfermagem em Foco**, v. 10, n. 5, p. 167-172, 2019. DOI: [10.21675/2357-707X.2019.v10.n5.2370](https://doi.org/10.21675/2357-707X.2019.v10.n5.2370). Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2370>. Acesso em: 13 fev. 2024.

MACHADO, R. S.; SANT'ANNA, T. A. L.; FIM, M. M. S. Construindo um ambulatório para a população transgênero: relato de experiência no contexto da Residência de Medicina de Família e Comunidade. **Revista Brasileira de Medicina de Família e**

Comunidade, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 3830, 2023. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc18\(45\)3830](https://doi.org/10.5712/rbmfc18(45)3830). Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3830>. Acesso em: 13 fev. 2024.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MORAES, A. N. D.; SILVA, G. S. N. Travestis e o cuidado humanizado em saúde. **Revista de Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 175-187, ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18065/2020v26n2.5>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672020000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 fev. 2024.

OLIVEIRA, E. M. *et al.* Espaços institucionais de saúde como “não lugar” de travestis nas representações sociais de enfermeiras. **Revista Baiana de Enfermagem**, 2020; 34: e35603. DOI: <https://doi.org/10.18471/rbe.v34.35603>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/35603>. Acesso em: 13 fev. 2024.

OLIVEIRA, G. S. *et al.* Serviços de saúde para lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais. **Revista de Enfermagem da UFPE Online**, Recife, v. 12, n. 10, p. 2598-2609, out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i10a237014p2598-2609-2018>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/237014>. Acesso em: 13 fev. 2024.

OLIVEIRA, J. P.; SPRUNG, L. S. Barreiras para o acesso à saúde pública da população trans no Brasil: uma revisão narrativa. **Femina**. 50(9): 560-7. 2022. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/10/1397893/femina-2022-509-560-567.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

OLIVEIRA, P. H. L. *et al.* Itinerário terapêutico de pessoas transgênero: assistência despersonalizada e produtora de iniquidades. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e320209, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312022320209>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/NGWFJC3STWFmJpnVRKLq5J/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PINTO, I. V. *et al.* Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200006.SUPL.1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200006.supl.1>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/YV7VvNY5WYLwx4636Hq9Z5r/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 fev. 2024.

REIS, P. S. O. *et al.* Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, 2021, vol. 13, p. 80-85. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.7488>. Disponível em:

<https://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/7488>. Acesso em: 13 fev. 2024.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, p. e75614, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/D5Mthwz5BKTKhX8JTwGjJbd/#>. Acesso em: 04 fev. 2024.

MINI-CURRÍCULO DO ALUNO

Realizei a graduação em Psicologia e a concluí no final de 2015. Em 2016, ingressei no aprimoramento profissional do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, onde permaneci até meados de 2017. Na época, optei por ir para a Clínica de Queimados, uma vez que era possível atender enfermaria, ambulatório e UTI. Esta minha primeira experiência no SUS foi bastante desafiadora, pois, além de ser recém-formado, nunca tinha atuado em casos tão complexos e nem me deparado com tamanha desigualdade social no acesso à saúde. Todavia, desejava permanecer atuando no setor público através das políticas de Seguridade Social.

No início de 2018, comecei a trabalhar na Assistência Social e permaneci por mais de cinco anos. Trabalhei com adolescentes em conflito com a lei por alguns meses, e, posteriormente, fui atuar em um CREAS localizado em uma região periférica na cidade de São Paulo. Realizava acompanhamento psicossocial de famílias ou sujeitos com direitos violados, em situação de ameaça e risco. Na Assistência Social, aprendi muito sobre a relevância da interdisciplinaridade; os modos de produção capitalista e o impacto na vida da classe trabalhadora; a construção da rede; o compromisso ético-político da minha profissão; a importância das políticas públicas na garantia de direitos, entre outros conhecimentos adquiridos.

No ano de 2023, visando o meu crescimento profissional, optei por trabalhar na área da Saúde. Atualmente, estou trabalhando em um CAPS Infantojuvenil II. Efetuei uma pós em Gestão Pública em Saúde pela Unicamp; contudo, diante de algumas questões teóricas que se apresentaram no meu trabalho, busquei uma especialização na área da Saúde Pública. Acredito em uma saúde de qualidade e acessível para todos e, por este motivo, defendo o SUS.